

O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E SUA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DO TURISMO

THE METHODOLOGICAL INDIVIDUALISM AND ITS CONTRIBUTION TO THE STUDY OF TOURISM

Sheila Bemerguy de Souza¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo verificar a adequação do individualismo metodológico de Karl Popper ao estudo do turismo. Não há a pretensão de afirmar ser esse o único método válido para o estudo do fenômeno, mas sim esclarecer que na ausência de critérios que permitam mensurar a satisfação do turista, seu caráter hedônico permanece no núcleo do estudo do turismo como uma questão metafísica. Por isso, o consumidor ideal, que realiza suas escolhas de forma racional, é uma abstração a partir da qual tenta-se compreender o comportamento do turista da forma mais próxima possível da realidade. Para o proposto, é apresentada uma síntese da filosofia da ciência a partir da perspectiva de Karl Popper, ressaltando o caráter normativo das regras metodológicas. Do mesmo modo, será averiguada a aplicabilidade do monismo metodológico às demais ciências e estabelecido os limites para que isso ocorra. Em seguida, as contribuições da ciência econômica para o estudo do turismo, porém sem a pretensão de apresentar uma economia do turismo.

Palavras-chave: individualismo metodológico; turismo; economia.

Abstract: The present paper has the objective to verify the adequacy of the methodological individualism of Karl Popper to the study of tourism. It is not intended to state this is the only valid method to the study of the phenomenon, but to enlighten its remaining hedonistic character in the study of tourism as a metaphysical matter in the absence of criteria to measure the tourist's satisfaction. Therefore, the ideal customer, that makes rational choices, is an abstraction from which one tries to understand the tourist behavior as closely as possible

¹ Doutoranda do programa de pós-graduação em economia, UFPA. E-mail: sbemerguy@ufpa.br

to reality. For the purpose, a synthesis of the philosophy of science is presented from the perspective of Karl Popper, emphasizing the normative character of the methodological rules. Likewise, the applicability of methodological monism to other sciences will be investigated and the limits established for this to occur. Then, the contributions of economic science to the study of tourism, but without the pretension of presenting an economics of tourism.

Keywords: methodological individualism; tourism; economics.

1 INTRODUÇÃO

Na produção acadêmica sobre o turismo é possível identificar duas escolas econômicas utilizadas com maior frequência, para subsidiar os estudos do fenômeno. A primeira é a escola neoclássica que, ao trabalhar o conceito de valor utilidade, desenvolve análises baseadas na maximização da satisfação dos indivíduos, e geralmente aborda o turismo pela ótica da demanda turística para identificar os determinantes do deslocamento dos turistas entre diferentes origens e destinos. E as outras que percebem na manifestação fenomênica do turismo um valor que se reproduz capital no contexto da reprodução ampliada de capital, implicando a produção de impactos significativos sobre a produção e distribuição da riqueza dentro de um espaço ou entre distintos territórios e, por isso, se aproximam das ideias de Karl Marx.

Uma vez que o turismo é estudado por diferentes cientistas sociais, suas múltiplas abordagens implicam conceitos, objetos e métodos de estudo distintos (BENI, 2004; DIAS, 2008; LEMOS, 2005; LOHMANN, PANOSSO NETO 2008; PANOSSO NETO, 2005). Nesse sentido, a visão mais crítica do turismo que ganhou força a partir do início da década de 80, após o primeiro e segundo choque do petróleo, respectivamente em 1973 e 1979, é pertinente à medida que atenta para o fato de que os fenômenos sociais são indivisíveis (PAIVA, 2003; ANDRADE, 1997). Porém, muitas vezes são apresentadas de uma forma equivocada, já que supõem a dissociação entre o econômico e o social.

Sobre o conflito que envolve economistas e os demais cientistas sociais Andrade (1997), conclui esse reside não apenas na conceituação dos fenômenos sociais, mas também na questão do método que as diferentes disciplinas utilizam. Para o autor, parte das críticas direcionadas à economia decorrem do individualismo metodológico, definido como o

“[...] princípio que estabelece que as explicações sobre os fenômenos sociais, políticos ou econômicos somente devem ser consideradas adequadas se coletadas em termos das crenças, atitudes e decisões de indivíduos” (BLAUG, 1999, p. 88)

A questão que se coloca é: o individualismo metodológico realmente constitui um método adequado de investigação em turismo? Inúmeros estudos turísticos têm sido produzidos no sentido de identificar o perfil do turista para as mais diferentes regiões do mundo, auxiliando a formulação de políticas públicas que possam, ao mesmo tempo, incentivar o desenvolvimento da atividade de forma mais homogênea e mitigar seus efeitos negativos em diferentes aspectos e contextos territoriais, estabelecendo os limites para a atuação da indústria do turismo em consonância com os anseios das comunidades anfitriãs.

Cabe, assim, proceder uma discussão sobre o método como forma de contribuir para o debate sobre a suposta dicotomia entre o indivíduo e o social que envolve o individualismo metodológico e os estudos do turismo. Para a discussão proposta parte-se de duas premissas: a de que o monismo metodológico de Karl Popper é um princípio heurístico válido para o estudo dos fenômenos sociais, entre eles o turismo; e que as definições holísticas não possuem sustentação metodológica para o estudo desses fenômenos.

O objetivo do presente artigo é averiguar a adequação do individualismo metodológico ao entendimento do turismo. Tal proposta não implica aceitar que exista um único método correto em economia, e tampouco um que permita entender o fenômeno em todas as suas dimensões; por isso, não há a pretensão de encerrar a discussão sobre a

temática que envolve a sua contribuição ao estudo do turismo. Consiste somente em reconhecer que o arcabouço neoclássico, no contexto da ciência econômica, tem como objeto de estudo o homem e a sociedade, legitimamente a essência do fenômeno turístico.

O artigo está dividido em três seções, além desta introdução. Na segunda seção será apresentada uma síntese sobre a filosofia da ciência, a partir da perspectiva de Karl Popper (1980), ressaltando o caráter normativo das regras metodológicas. A terceira seção destina-se a averiguar a aplicabilidade do monismo metodológico às demais ciências, estabelecendo os limites para que isso ocorra. Ela está dividida em duas partes: na primeira serão discutidas as contribuições de Nagel (1961 apud BLAUG, 1999) e seu método de reconciliação dos julgamentos de valor normativo, e da doutrina de *Wertfreiheit* de Max Weber (apud BLAUG, 1999); a segunda apresenta as contribuições da ciência econômica para o estudo do turismo, porém sem a pretensão de apresentar uma economia do turismo como proposto por Lemos (2005).

2 A EPISTEMOLOGIA DA CIÊNCIA E SEU CARÁTER NORMATIVO

Para estabelecer a diferenciação entre a ciência e a não-ciência Popper (1980), propõe um critério contrário ao apresentado pelo positivismo lógico². Seu critério está baseado no fato de que os enunciados

² A partir da segunda metade do século XIX surge a proposta de um método hipotético-dedutivo, presente no sistema filosófico do Círculo de Viena (1882-1936), um grupo de filósofos que desenvolveu o positivismo lógico, mais tarde conhecido como empirismo lógico (ANDRADE, 1998; BLAUG, 1999; LÉLIS, 2005; GATTEI, 2009). Seu critério de demarcação científica era baseado na verificabilidade do significado, segundo o qual o conhecimento científico poderia ser diferenciado da matéria especulativa, respectivamente aquilo que possuía significado daquilo que não possuía. Assim, os enunciados eram classificados como analíticos ou sintéticos, sendo que os primeiros eram tidos como verdadeiros quando comprovados pela experiência prática, enquanto os demais poderiam vir a ser verdadeiros se fossem, em princípio, empiricamente verificados (ANDRADE, 1998; BLAUG, 1999; GATTEI, 2009, LÉLIS, 2005).

sintéticos do mundo real devem possuir a característica de serem falseados e corroborados somente através de observações empíricas. Porém, o autor não estava preocupado em verificar a veracidade de uma teoria e sua mensurabilidade, sua preocupação era apresentar uma solução alternativa de demarcação diferente da proporcionada pelo método empírico e seu caráter indutivo. Por isso, buscou desenvolver um critério capaz de discernir o que era efetivamente empírico daquilo que, embora fosse baseado na observação e experimentação, não alcançava o padrão científico (GATTEI, 2009; POPPER, 1980). Por isso, criticou fortemente teorias que eram verificadas amplamente em seus respectivos campos, cujo poder de explicação era tão amplo que podiam se adequar a quaisquer situações, fornecendo-lhes rapidamente uma solução. Popper não negou a verdade contida nessas teorias, porém assume que nesse sentido elas se assemelham a “mitos primitivos”.

Para o autor o que poderia ser entendido como força dessas teorias caracterizava, na realidade, sua maior fraqueza. Exceção à crítica eram as teorias que longe de procurar por eventos que as confirmassem realizassem previsões arriscadas³. O risco inerente à previsão implicava a refutação da teoria caso o evento esperado não fosse observado e pudesse contradizê-la. “A teoria que não for refutada por qualquer acontecimento concebível não é científica. A irrefutabilidade não é uma virtude, como frequentemente se pensa, mas um vício” (POPPER, 1980, p. 4). Submetidas a testes severos e interpessoais, as teorias refutadas não deveriam ser protegidas por suposições *ad hoc* que caracterizassem um estratagema para salvá-las, prática que resultava na destruição de seu caráter científico. Essa era uma atitude convencionalista. Sobre seu critério de refutação, denominado também como critério de demarcação, Popper reconheceu que ele raramente era compreendido, pois não estava relacionado ao significado das afirmações, à veracidade delas.

Percebe-se que nesse critério não há lugar para proposições metafísicas, dada sua imprecisão e o fato de não poderem ser submetidas a testes empíricos

³ Popper faz, nesse sentido, referência à teoria da gravitação de Eisten (GATTEI, 2009; POOPER, 1980).

Além de se opor à indução o autor “resgata” a metafísica, também negada pela lógica positivista. Ele assume a metafísica como uma hipótese, e mesmo que ela não seja empiricamente testável deve ser considerada como qualquer outra teoria, desde que possa auxiliar na solução dos inúmeros problemas que se apresentam. Também reconhece que muitas teorias se originaram de mitos, o que desfaz qualquer má interpretação da palavra utilizada anteriormente. Por isso, defende que uma teoria não científica ou metafísica, embora não seja sustentada por evidência empírica, não deve ser descartada (POPPER, 1980; GATTEI, 2009). Nas palavras de Gattei (2009, p. 3):

O realismo metafísico é uma hipótese de trabalho necessária, embora não haja como saber com certeza quais são os fatos e se uma declaração realmente corresponde a eles: a verdade (ou seja, a correspondência) permanece um ideal, uma ideia reguladora, sempre buscada e nunca certa de ser obtida (na verdade, podemos obter a verdade, mas não a certeza justificada de que a obtivemos).

Ao abordar o problema da indução, Popper procede a discussão sobre o “problema de Hume”, o qual se divide em duas partes, uma lógica e uma empírica. Na primeira parte Hume nega ser possível aceitar declarações universais como verdadeiras, mesmo que sejam inferidas a partir de um número significativo de verificações (POPPER, 1980, GATTEI, 2009). Popper concorda com Hume no que diz respeito ao seu argumento lógico, mas discorda sobre o problema empírico, o qual afirma que as pessoas estão dispostas a avaliar eventos sobre os quais não têm experiência, em conformidade com aqueles dos quais têm experiência, por costume ou hábito. Para Popper, essa é uma explicação psicológica e não filosófica com o objetivo de elucidar uma relação causal, o que torna essa solução insatisfatória. Mesmo que a origem das crenças seja delegada às expectativas, presunções ou interesses⁴ que provocam a reação e precedem

⁴ As expectativas podem não se materializar. Da mesma forma, Popper (1980) alega que as repetições alegadas por Hume guardam similaridade perfeita, o que dificilmente

qualquer evento ou repetição de eventos, a teoria da indução apresentada por Hume resulta em um processo de regressão infinita, com forte caráter indutivo e, por isso, irracional. Esse não é o método adequado para se chegar ao conhecimento (POPPER, 1980)

Contrariamente, Popper afirma que não são as repetições que devem impor regularidades ao cientista, mas ele sim deve impor regularidades ao mundo, através de leis (teorias) que são utilizadas para identificar similaridades. As teorias devem ser testadas e caso não sejam verificadas (corroboradas) serão refutadas através de um processo de conjeturas e refutações. Esse processo permite “[...] compreender porque nossas tentativas de impor interpretações ao mundo vinham, logicamente, antes da observação de similaridades” (POPPER, 1980, p.13).

O autor conclui que por razões lógicas esse procedimento deveria ser adotado no campo científico. As observações que precedem as hipóteses, formuladas com o objetivo de explicá-las, demandam uma teoria. A teoria permite que os objetos sejam classificados, o problema seja definido e, do mesmo modo, hipóteses sejam formuladas, podendo ser corroboradas ou não. A presença das hipóteses que podem ser refutadas garante que não ocorra o processo de regressão infinita, que pode levar o pesquisador novamente aos mitos primitivos (GATTEI, 2009; POPPER, 1980).

Embora a ideia de uma expectativa inata, concebida como aquela com a qual nascemos, com um caráter genético além de psicológico, não seja validada *a priori*, ela permite inferir sobre a existência de um conhecimento anterior a qualquer expectativa resultante da observação. A expectativa inata, assim denominada, é subjacente à necessidade do homem de encontrar regularidades. Essa é, segundo Popper (1980, p. 15) a contribuição de Kant⁵ a Hume, “[...] a distinção entre uma expectativa válida *a priori* e uma outra genética e logicamente anterior à observação [...]. Popper ainda destaca a veracidade da afirmação de Kant quando o

ocorrerá

⁵ Lei da Causalidade, contida em Crítica da Razão Pura, Immanuel Kant (1781)

último afirma que as leis da natureza não se impõem sobre o intelecto, mas sim o contrário, que este impõe suas leis sobre a natureza. Porém, diverge da afirmação de que essas leis são obrigatoriamente verdadeiras.

Popper nega ideia de certeza. A busca pela verdade é fundamental para sua obra, porém ela não reside no dogmatismo, na regressão infinita ou no psicologismo, os quais constituem o “Trilema de Fries”. A aproximação da verdade e não seu alcance de forma absoluta, resulta de uma postura crítica e racional, do fato de estar disposto a reconhecer a falsidade de uma teoria. Essa é a proposta de filosofia da ciência de Popper, na qual qualquer teoria da justificação deve ser negada (GATTEI, 2009; POPPER, 1980).

Não há método para descobrir teorias verdadeiras [...] Nem (uma versão ainda mais fraca) podemos determinar se um a hipótese é provável, ou provavelmente verdadeira [...] No entanto, nosso conhecimento está em uma forma “objetiva”, uma vez que pode fornecer provas da falsidade de uma teoria, e meios pelos quais podemos aprender com nossos erros. O crescimento do conhecimento e a crítica estão intimamente interligados [...] devemos preferir a teoria que, em qualquer estágio de discussão crítica, proporciona um crescimento do conteúdo empírico possivelmente corroborado (isto é, que sobreviveu a tentativas sinceras de refutação não é um processo indutivo através do qual as teorias podem ser confirmadas “(POPPER, 1959 apud GATTEI, 2009, p. 2).

Embora o autor atribua ao dogmatismo uma atitude primitiva no sentido de crenças que não se permitem ser refutadas, elas são primitivas, também, no sentido de algo que precede a ciência, a qual pressupõem atitude crítica. Nesse sentido, a atitude crítica não se opõe de fato à atitude dogmática, mas sobrepõem-se a ela. Tal perspectiva é corroborada pela concepção de que a ciência tem sua origem não em observações, mas na discussão crítica que se faz dos mitos, rejeitando quaisquer tentativas de mantê-los ao invés de refutá-los e aperfeiçoá-los.

Uma vez que teorias não podem ser inferidas de observações “a exigência de provas racionais para o conhecimento científico

revela uma falha na separação que seria preciso manter entre a ampla região da racionalidade e o campo estreito da certeza racional; é uma exigência irrazoável, que não pode ser atendida” (POPPER, 1980, p. 18). A inexistência dessa separação não valida o raciocínio dedutivo em detrimento do argumento lógico, pois o último é indispensável para proceder a discussão crítica de uma teoria. Uma vez que teorias não são derivadas de algo previamente conhecido, elas podem ser entendidas como tentativas, conjecturas, hipóteses que precisam ser testadas. Nisso reside o racionalismo crítico, na disposição de submeter uma teoria aos testes mais severos, de deliberadamente refutá-la e, a partir dos resultados, estar disposto a eliminar os erros e refiná-la.

A ideia de instabilidade da proposta de Popper é endossada pelo argumento de que o próprio racionalismo não pode ser racionalmente justificado. Nesse caso, há reconhecidamente um julgamento no processo de escolha entre aceitar uma teoria ou rejeitá-la, e é justamente na forma como ela é defendida ou refutada que reside a racionalidade, e não no seu conteúdo. A racionalidade reside na postura de estar disposto a receber críticas e mudar a partir delas.

As deduções a partir de uma nova ideia, ainda não justificada de forma alguma, são lógicas e devem ser comparadas à outras declarações a fim de estabelecer novas relações lógicas. Para Popper, o papel de um cientista é elaborar teorias e colocá-las à prova. As teorias que sobreviverem aos testes mais severos, sem que sejam substituídas por outras teorias concorrentes, são corroboradas por experiências anteriores e têm seu “valor” provado. Isso implica que é a característica da ciência reside na prática de realizar previsões arriscadas, qual seja, a possibilidade de ser refutada, no fato de tornar a ciência suscetível de ser contradita através da experiência (GATTEI, 2009; POPPER, 1980).

Na presença de uma observação que conflite com a declaração universal, é possível destacar um sistema científico empírico de forma negativa. Disso resulta o que ele chamou de assimetria entre a capacidade de verificação e a falsificação, que expressa o fato de que uma declaração

universal não pode ser derivada de uma declaração singular (básica)⁶, mas pode ser refutada por ela. Assim, a falsificação se opõe à verificação e define o caráter científico de um sistema de declarações.

Todas as demais afirmações que não podem ser empiricamente testadas pertencem à metafísica. Embora Popper tenha utilizado a falsificação (empirismo) como critério de demarcação, a metafísica para ele não é desprovida de valor. Ao contrário dos positivistas lógicos que tinham como objetivo eliminá-la, Popper reconhece seu papel na ciência por inúmeros fatores: do ponto de vista histórico, ideias científicas surgem na metafísica e podem evoluir para hipóteses; heurísticamente, ela fornece aos cientistas novas ideias reguladoras, que permitem uma nova visão do mundo e resultam em novos métodos; por último, teorias metafísicas podem ser testadas criticamente (GATTEI, 2009; POPPER, 1980).

O filósofo destaca que lógica e metodologia devem ser integradas a fim de que a epistemologia, entendida como a teoria do método científico, ultrapasse os limites da lógica entre afirmações científicas e proporcione aos cientistas diferentes métodos para tratá-las. Para Popper, regras metodológicas são convenções, e entre as regras por ele estabelecidas para proceder uma pesquisa científica definir o empirismo como o método que expõe teorias à falsificação, e evita qualquer forma de contorná-la, é a forma mais adequada de diferenciá-lo do convencionalismo. A outra regra é a intersubjetividade em oposição à objetividade, considerada por Popper inatingível. Submeter uma teoria a testes independentes, realizados por diferentes cientistas, expressa a verdadeira objetividade de uma afirmação científica. No que diz respeito às hipóteses *ad hoc*, elas serão aceitas desde que o procedimento não reduza o grau de falseabilidade ou testabilidade do sistema.

O critério da falseabilidade demanda premissas singulares para refutar inferências, e para Popper tal processo não precisa ter fim. Nada

⁶ As declarações básicas que exprimem os meios através dos quais a teoria se relaciona à realidade são divididas em duas classes. A primeira corresponde a dos falsificadores potenciais da teoria e a segunda aqueles que não a contradizem. Dado o caráter empírico do critério proposto, quanto maior o conteúdo empírico de uma teoria maior seu grau de falsificação, e mais ela dirá sobre a realidade (GATTEI, 2009; POPPER, 1980).

impede que o processo seja interrompido e seja retomado a qualquer momento. Outras declarações básicas podem ser utilizadas para proceder novos testes para corroborar ou não uma teoria, e como forma de avanço real do conhecimento sobre o mundo as declarações básicas (singulares) são indispensáveis, e a severidade dos testes prevalece. Os testes prevalecem sobre a corroboração uma vez que esta é necessária para a ciência na medida em que demonstra o poder explicativo de uma hipótese, mas são os testes que apontam os erros e permitem aprender com a experiência. Por isso, os últimos possuem um significado epistemológico (GATTEI, 2009; POPPER, 1980).

Nesse contexto, teorias são invenções humanas projetadas como redes racionais com o objetivo de capturar o mundo e explicá-lo da melhor forma possível. O risco inerente à essa postura é ressaltado pelo autor que afirma que as ideias especulativas, por mais injustificadas que sejam, constituem o meio de que dispõem os cientistas à prática da pesquisa. Admitir a possibilidade do erro é o que torna o processo enriquecedor, é o que os aproxima da verdade embora não seja possível alegar tê-la alcançado de forma definitiva. Assim, a ideia de episteme como busca da verdade absoluta e demonstrável não pode ser admitida, nem através de um substituto como a probabilidade. O avanço da ciência constitui, assim, o problema fundamental da teoria do conhecimento. Como alternativa, Popper introduz a noção de verossimilhança semelhança com a verdade, e do grau de verossimilhança⁷ (GATTEI, 2009).

⁷ Embora Popper corrobore com a tese de Duhem-Quine, e isto fica claro quando ele reconhece que uma teoria mesmo que seja refutada deverá ser mantida, dada a expectativa de que ela possa ser revista para rever seu poder de explicação face à presença de anomalias recém descobertas, ele ignora a teoria de inferência estatística de Neyman-Pearson ao afirmar que enunciados de probabilidade não possuem a característica de ser falseados (POPPER, 1965, apud BLAUG, 1999, p. 63), e isto permite concluir que o próprio princípio da falseabilidade requer normas metodológicas para poder funcionar. Tal argumento resulta contradição, haja vista que embora o autor conceba a validação das explicações científicas somente a partir das previsões que elas implicam, ele nega as primeiras como ingressos de inferência estatística para a últimas. A saída apresentada por Popper para o problema reside nos graus de corroboração, ou graus

Embora a alta probabilidade não seja entendida como a finalidade da ciência, as hipóteses probabilísticas possuem uma utilidade empírica relevante. Uma vez que elas não podem ser verificadas ou falseadas, haja vista que não excluem nada observável, Popper propõe uma solução baseada na integração entre a lógica e a metodologia da qual resulta a falsificação baseada na decisão metodológica de descartar eventos como altamente improváveis, uma “falsificação prática”.

Quanto à teoria da frequência, e mais especificamente à probabilidade dos eventos singulares, Popper propõe que estes sejam uma “[...] propriedade de suas condições geradoras [...] (POPPER, 1959, p. 34, apud GATTEI, 2009, p. 48). A noção de propensões ocultas, inerentes às frequências permitem não só explicar probabilidades de eventos únicos, como também ressaltar o caráter objetivo da probabilidade. A interpretação de propensão é metafísica.

Para Popper, o domínio da metafísica sobre a ciência pode ser expresso em todas as fases do seu desenvolvimento, e se apresenta como [...] programas de pesquisa metafísica, que permanecem em sua maioria inconscientes nas mentes dos cientistas, mas moldam seus julgamentos e atitudes, influenciando assim suas avaliações e orientando suas escolhas (GATTEI, 2009, p. 52). O valor científico da metafísica não reside no fato de ser empiricamente testável, mas nas inúmeras situações-problema que permitem determinar.

À ideia de propensão o autor associa o indeterminismo. O passado não pode determinar o futuro, o último permanece aberto e decorre do

de verossimilhança. Partindo do argumento de que grande parte das teorias podem ser aceitas como científicas, uma vez que os fenômenos observados são compatíveis com a explicação que elas, respectivamente, oferecem, um maior rigor seria exigido quando da especificação, com antecedência, das condições falseadoras da teoria. Aquelas que conseguissem prever os resultados com maior exatidão, que conseguissem resistir à falsificação com maior sucesso, seriam bem corroboradas (POPPER, 1959, apud BLAUG, 1999, p. 62). Embora o autor atribua diferentes graus de corroboração às teorias, como forma de compará-las, ele não o faz através de expressões numéricas, mas sim através de uma comparação ordinal qualitativa. Além disso, a corroboração apresenta um problema a mais quando teorias que competem entre si apresentam domínios diferentes, ou sistemas de teorias que mesmo que interligados são impossíveis de serem comensurados (BLAUG, 1999, p. 64)

presente, momento no qual as propensões são continuamente atualizadas como tentativas de “prever” o futuro. Mas passado e futuro possuem uma relação assimétrica, expressa também nos resultados sobre o crescimento do conhecimento científico. Nesse sentido, Popper revela sua preferência por um programa de pesquisa metafísico, o qual não é testável e é irrefutável, “[...] com base na ideia metafísica (e não na científica) de indeterminismo” (POPPER, 1982b, p.198-199 apud GATTEI, 2009, p. 54).

3 O INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO E O MÉTODO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Questiona-se constantemente sobre o método mais adequado para o estudo dos fenômenos sociais. Os cientistas se dividem entre aqueles que creem haver um método científico que seja aplicado indiscriminadamente a todas as ciências, independentemente de seu campo de estudo, e aqueles que acreditam que as ciências sociais devem ter uma lógica de investigação própria (ANDRADE, 1998; BLAUG, 1999; GATTEI; POPPER, 1980). No centro de toda esta polêmica encontra-se o monismo metodológico de Karl Popper.

Aceitar o método de Popper implica reconhecer que sempre haverá um teste adicional para uma teoria, e que são os pesquisadores individuais, cujo poder de decisão é constantemente suprimido em nome de uma crença compartilhada por uma dada comunidade científica, os responsáveis pelo processo de construção do conhecimento científico que não tem fim. É através desse método que, segundo o autor não seria pertinente somente à teoria do conhecimento, mas às ciências sociais como um todo, a ciência seria definida. Decisões metodológicas são indispensáveis à ciência, assim como à democracia, no sentido de reconhecer a natureza falível do conhecimento em todas os campos do saber e a existência de limites, respectivamente, enquanto capacidade crítica e de soberania. Dado que as fontes de conhecimento são epistemologicamente insuficientes, criticá-las para aperfeiçoá-las representa uma ruptura com a epistemologia tradicional.

O argumento racional, contraditoriamente, não está baseado em nenhum argumento racional. Na realidade, ele é resultado do que Popper denominou de fé irracional na razão, que destaca a razoabilidade como uma atitude coerente para compreender que o conhecimento humano sobre o mundo, em todos os seus aspectos, não é pleno. As inúmeras interações científicas e sociais que se estabelecem cotidianamente pressupõem dúvidas, e requerem decisões as quais são suscetíveis a crítica e autocritica. Através da abertura à comunicação, a subjetividade da decisão moral de adotar a razoabilidade, o ato de raciocinar enquanto método pode ser estendido a toda sociedade onde o confronto de ideias, assim como na academia, é intersubjetivo.

Assim concebido, o racionalismo nada tem a ver com uma teoria da racionalidade, é uma escolha moral⁸ e, por isso, não pode ser refutado. É “[...] uma espécie de imperativo categórico valorizado por si mesmo, não como uma premissa para argumento. Não é um compromisso com uma teoria ou com qualquer coisa que possa ser aceita ou rejeitada como verdadeiro ou falso” (GATTEI, 2009, p. 81).

O racionalismo crítico, nesse caso, demanda a existência de um contexto social, o de uma sociedade livre e democrática, onde a discussão crítica predomina. De fato, esse método pressupõe não só a existência de valores humanos particulares, mas também de arranjos sociais e políticos específicos onde possam se desenvolver e o ser humano possa praticá-los. Porém, a decisão de adotá-los continua a ser uma prerrogativa do indivíduo, uma concessão deste, por menor que seja, ao irracionalismo como forma de alcançar benefícios sociais em comum.

Embora a generalização do método para todas as ciências seja questionável, ele inegavelmente pode ser estendido às diferentes situações de trocas sociais, como elucidado por de Arrow (1994, p. 2 apud ANDRADE, 1998, p.13):

⁸ O racionalismo de Popper repousa na sua fé no homem. Na existência de direitos iguais e na capacidade de racionar, a qual requer a comunicação (GATTEI, 2009).

Sendo a questão das preferências individuais uma questão primeira no comportamento dos indivíduos, logicamente que estamos desde o início a fazer julgamentos de valor e o desenvolvimento do nosso quadro de análise envolverá sempre conceitos e princípios de natureza social.

Duas tentativas de se opor ao monismo metodológico, a *Verstehen* (apud BLAUG, 1999) e o trabalho do filósofo Wittgenstein (apud GATTEI, 2009) falharam. A primeira tinha como proposta que os cientistas sociais assumissem o papel dos atores humanos, uma conduta pertinente aos cientistas sociais, mas negada aos cientistas naturais. Porém, a intuição e a empatia utilizadas pela *Verstehen*, como fonte de evidência desses atores não se sustentará enquanto ciência, uma vez que a introspecção pressupõe o conhecimento imediato o quê dificilmente permitirá ao cientista obter informação extra, além de incorrer no risco de resultados baseados em relatos duvidosos. A segunda tentativa propõe que a ciência social não seja investigada a partir de uma relação entre causa e efeito, mas sim a partir das motivações e intenções dos indivíduos, e conhecer essas regras implica conhecer os fenômenos internamente. Em ambos os casos, não há nenhum método interpessoal disponível para corroborar ou refutar as hipóteses sobre o comportamento humano autorregulado (BLAUG, 1999). Na realidade, há semelhanças entre a *Verstehen* e o individualismo metodológico, uma vez que ambos expressam a “ação guiada por norma” (BLAUG, 1999, p. 87-88). Nesse sentido, eles se opõem ao holismo metodológico, o qual refuta a ideia de que conjuntos sociais podem ser reduzidos a ações, crenças e valores individuais.

Para Andrade (1998), o princípio hedonista na economia adquire um conteúdo social, e em momento algum pressupõe agir de forma egoísta. O princípio da racionalidade consiste em optar por estabelecer premissas sobre aquilo que é conhecido, ao invés de pressupor algo sobre aquilo que não é possível conhecer, a não ser através de estudos particulares. Ele reconhece que as hipóteses não têm que ser realistas, e que algumas

sequer fazem sentido a não ser quando combinadas com outras hipóteses. A racionalidade é uma abstração de um comportamento ideal para o indivíduo, que não necessariamente expressa o seu comportamento real. Ainda, a não-racionalidade também consiste em um critério, uma vez que permite “[...] explicar o que de outra forma não era possível, ou seja, a não-racionalidade está aí presente por um critério também instrumentalista” (ANDRADE, 1998, p. 17).

O conflito entre economistas e os demais cientistas sociais tem o método baseado no racionalismo como fator de atrito. O economista utiliza a hipótese da racionalidade no contexto de “um discurso de natureza formal, baseado num raciocínio hipotético-dedutivo, sobre agentes que tomam decisões consideradas racionais grifo nosso [enquanto] o sociólogo preocupa-se mais com a permanente reconciliação de valores” (ANDRADE, 1998, p.7)

Esse embate se acirra com a suposta dicotomia entre a economia positiva e a economia normativa. A “guilhotina de Hume” (ANDRADE, 1998; BLAUG, 1999; LÉLIS, 2005) alega que enunciados descritivos fatuais só poderiam estar vinculados a enunciados descritivos fatuais, e nunca à normas ou juízos de valor que resultem em prescrições para fazer alguma coisa (BLAUG, 1999).

Daí decorre a existência de enunciados do tipo “é” e os enunciados do tipo “deve ser”. Os primeiros caracterizam a economia positiva, e são materialmente verdadeiros ou falsos e, por isso, podem ser submetidos a testes interpessoais para averiguar sua natureza. Os segundos denotam a economia normativa, e por pressuporem juízos de valor dependem tão somente da argumentação e do processo de convencimento para serem aceitos ou não (ANDRADE, 1998; BLAUG, 1999). Nesse sentido, questiona-se se as críticas direcionadas à economia, além de uma questão de método, não estariam baseadas em suposições equivocadas de que argumentos característicos da economia positiva seriam desprovidos de valores éticos e morais.

Quanto aos possíveis critérios interpessoais de avaliação para proposições normativas, como plebiscitos e quaisquer outras formas de participação mais ampla da sociedade, atendendo ao pressuposto sociológico de que os fenômenos sociais só podem ser entendidos no contexto social, esses critérios não podem afirmar o que é certo e o que é errado, somente se há consenso ou não em torno de uma questão. Do mesmo modo, as proposições positivas são tidas como verdadeiras, embora possam ser falsas, porque atendem a um conjunto de normas científicas tidas como convenções (BLAUG, 1999).

Na impossibilidade de se afirmar a existência de “fatos brutos” (BLAUG, 1999; LÉLIS, 2005), questiona-se se semelhante aos julgamentos morais, que prescrevem determinados tipos de comportamento, as declarações sobre os fatos também não estariam carregadas de juízos de valor que seriam tipos especiais de enunciados descritivos sobre o mundo. Isso não implica dizer que enunciados positivos são iguais a enunciados normativos, negando totalmente a “guilhotina de Hume”, mas sim que o processo cognitivo que envolve a aceitação de enunciados positivos como verdadeiros ou falsos é semelhante ao do que envolve enunciados normativos, resultando sua aceitação ou não.

Nagel (1961 apud BLAUG, 1999) apresenta a distinção entre julgamentos metodológicos e julgamentos de valor. Os primeiros correspondem aos julgamentos de valor que dizem respeito a todos os procedimentos metodológicos que perpassam pela escolha do assunto, até os testes de significância estatística. Os julgamentos de valor avaliadores envolvem questões do comportamento humano e, por isso, sociais. Embora esta distinção seja filosoficamente confusa, para efeitos de pesquisa ela representa uma contribuição significativa. A proposta do autor consiste em um método para reconciliar julgamentos de valor normativos, porém de forma racional. A racionalidade se apresenta através de circunstâncias fatuais alternativas que são apresentadas ao indivíduo e, diante delas, ele pode optar por manter seu julgamento acerca de uma determinada situação ou mudá-lo.

A partir dessa proposta, é possível proceder a distinção entre o valor básico e valor não-básico (SEN, 1970, p.59 apud BLAUG, 1999, p. 170)

A diferença entre eles é que o valor básico (puro) se aplica sob todas as circunstâncias fatuais alternativas que são apresentadas ao indivíduo, enquanto o não-básico (impuro)⁹ pode sofrer mudanças diante delas. As mudanças representam conflitos nos julgamentos de valor e, assim, torna-se possível recorrer aos fatos e a métodos padronizados para resolvê-los. Como a maioria dos julgamentos de valor sobre questões sociais são não-básicos, é possível persuadir as partes a adotarem uma nova perspectiva sobre os fatos, totalmente diferentes daquelas preconcebidas.

Esse processo resume o conflito a julgamentos de valor que são puros de um lado, e fatos de outro, e de forma alguma pode-se negar que há um abismo enorme entre eles. Porém, a diferença é de grau e minimizá-la representa um erro na medida em que suscita posições extremas, como aquelas que pregam que as proposições acerca dos fenômenos sociais são carregadas de valores, e por isso inadequadas para investigá-los. Sobre este tipo de afirmação:

[...] ou está isenta de forma única da acusação, e nesse caso há pelo menos um enunciado objetivo que pode ser feito acerca das questões sociais, ou está carregado de valor, e nesse caso estamos presos em uma regressão infinita, sendo empurrados em direção a um subjetivismo extremado em que simplesmente todas as opiniões têm o mesmo peso. Além do mais, a argumentação contra a própria possibilidade de qualquer ciência social ‘objetiva’ e livre de valores está normalmente acompanhada de todo tipo de irrelevâncias, chegando à negação de qualquer distinção significativa entre julgamentos metodológicos e normativos” (NAGEL, 1961, p. 500 apud BLAUG, 1999, p.171)

Tais críticas carecem de fundamento, pois a doutrina social é realmente livre de valor. A lógica subjacente aos enunciados do tipo “é”

⁹ Os termos puro e impuro são utilizados por Blaug (1999) para se referir, respectivamente, ao valor básico e ao valor não-básico.

difere totalmente daquela dos enunciados do tipo “deveria”, assim como os julgamentos metodológicos que resultam em consenso em cada caso. Mesmo na presença de alguma propensão ideológica do cientista social, esta submete-se aos valores representativos das diferentes comunidades científicas, que se sobrepõem com propriedade (BLAUG, 1999).

A doutrina da *Wertfreiheit* (liberdade de valor) de Max Weber não nega que a ciência social seja desprovida de política, e justamente por isso ela é livre de valor. Tal constatação parece contraditória somente quando se nega a possibilidade de que os valores humanos podem ser julgados racionalmente, através dos *Wertungsdiskussionen* (discussões sobre valores). E é geralmente nessa negação que residem as críticas ao monismo metodológico e ao princípio da racionalidade e sua capacidade de contribuir para os estudos do turismo, atentando para os seus aspectos multidimensionais (BLAUG, 1999).

3.1 O individualismo metodológico e sua contribuição para o estudo do turismo

Seguindo a proposta de Laws e Scott (2015), que reconhecem o homem como essência do turismo, e ressaltam o individualismo metodológico e seu carácter hedonista sem, porém, negar a multidisciplinaridade que requer o estudo da sua fenomenologia, Mathouraparsad e Maurin (2017) mantêm o foco no turista para avaliar a participação do turismo no PIB dos diferentes territórios, com o objetivo de contrastar os impactos macroeconômicos da atividade e a forma como ela se desenvolve. Os autores destacam a desigualdade na distribuição dos benefícios econômicos do turismo entre diferentes países, e a necessidade de conter os vazamentos dos recursos financeiros decorrentes da atividade, que se faz sentir com maior intensidade nas economias em desenvolvimento e nos países menos desenvolvidos (PMDs).

Para esse fim, eles sugerem que sejam utilizados os sistemas de Contas Satélite do Turismo (CST), adequadas às especificidades dos

diferentes países, no que diz respeito aos seus respectivos Sistemas de Contas Nacionais (SCN)¹⁰, e à disponibilidade de dados. Além disso, ressaltam a contribuição das Matrizes de Contabilidade Social (MCS) como algo inovador para mensurar o efeito multiplicador do turismo. As MCS são formadas por grupos que podem ser subdivididos de acordo com as necessidades do estudo. São eles: as atividades que compõem a Matriz de Insumo Produto (MIP), os produtos, a conta corrente das instituições domésticas, os fatores de produção, o resto do mundo e o sexto grupo que corresponde às subdivisões que forem necessárias ao estudo.

As MCS assim estruturadas permitem obter informações sobre: a geração de renda; a relação entre o turismo e as demais atividades e setores da economia; o impacto da atividade sobre o setor privado, sobre a geração de empregos, sendo possível determinar o perfil do trabalhador enquanto tipo de contrato de trabalho, escolaridade, e nível de renda; o quanto o turismo gera em termos de arrecadação tributária, através de impostos diretos e indiretos para as diferentes esferas governamentais, assim como a sua contribuição para previdência social; o grau de dependência de uma economia em relação ao turismo, expressa na relação com diferentes regiões emissoras, ou de modo a prever os impactos que períodos de recessão, como os da pandemia do COVID-19, têm sobre o turismo e sobre a economia nacional.

Da mesma forma, métodos de valoração de recursos ambientais (VERA)¹¹, apresentam como denominador comum princípio da racionalidade, ou seja, os indivíduos realizam suas escolhas a partir do que observam, sempre procurando maximizar sua satisfação sob condições de restrição. Embora alguns recursos naturais e ambientais não sejam

¹⁰ Como o turismo não pode ser representado em sua totalidade pelas do SCN, para analisá-lo foi necessário desenvolver os denominados “subsistemas de satélite (MATHOURAPARSAD; MAURIN, 2017).

¹¹ O VERA está dividido em valores de uso e valores de não uso. Os valores de uso são: o valor de uso direto, o valor de uso indireto e o valor de opção. O valor de não uso refere-se ao valor de existência

passíveis de valoração através do sistema de mercado (MOTTA, 1997), seu valor econômico ainda assim existe a partir do momento em que seu uso, para diferentes fins, altera o nível de produção e consumo (bem-estar) da sociedade. Dada a inexistência de mercados e preços utilizados como referência, as técnicas de valoração ambiental são utilizadas para conferir valores monetários aos benefícios proporcionados pelos recursos, seu custo de oportunidade, evitando sua utilização em níveis que coloquem em risco sua existência, situação constante no caso dos bens que não apresentam preços.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo avaliar as críticas direcionadas à economia, no que concerne a investigação do turismo como um fenômeno multidimensional. Essas são no sentido de que a economia não é capaz de explicar diferentes aspectos do turismo, priorizando em suas abordagens somente os aspectos econômicos da atividade. Muitos cientistas sociais se contrapõem às abordagens reducionistas da economia, e propõem as abordagens holísticas como forma de entender o turismo em todas as suas dimensões.

As críticas são direcionadas principalmente à escola neoclássica, ao monismo metodológico, à racionalidade, e à sua suposta falta de objetividade. Tal constatação ensejou uma breve revisão da filosofia da ciência, desde a teoria da visão adquirida, passando por Karl Popper, além do método da economia. Durante a revisão da literatura o monismo metodológico se mostrou um princípio heurístico válido para proceder os estudos sobre os fenômenos sociais, entre eles o turismo, que deve ser aplicado quando for possível. Isso implica afirmar que não existe uma única metodologia que seja aplicada às ciências sociais. Do mesmo modo, o reconhecimento de que as ciências sociais possuem um caráter normativo não inviabilizou o método de estudo das ciências econômicas, uma vez que os julgamentos de valor podem ser racionalizados, segundo a doutrina da *Wertfreiheit* de Max Weber.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, J. **Algumas Observações sobre a Metodologia da Economia**. Universidade de Coimbra, 1997. Disponível em: <<http://www4.fe.uc.pt/jasa/metodo.pdf>>. Acesso em: 22 ago. 2020.
- BLAUG, M. **A Metodologia da Economia, ou, Como os Economistas Explicam**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 10. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
- DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**. São Paulo: Atlas, 2008
- GATTEI, S. **Karl Popper's philosophy of Science: rationality without foundations**. New York: Taylor & Francis Group, 2009.
- LAWS, E.; SCOTT, N. Tourism research: building from other disciplines. **Tourism Recreation Research**, v. 40, n. 1, p. 48-58, 02 apr. 2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/02508281.2015.1005926>>. Acesso em: 29 ago. 2020
- LÉLIS, M. T. C. A epistemologia popperiana e sua aplicabilidade na teoria neoclássica. **Perspectiva Econômica**, 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/perspectiva_economica/article/download/4381/1631>. Acesso em: 10 ago. 2020
- LEMONS, L. de. **O valor turístico na economia da sustentabilidade**. São Paulo: Aleph, 2005. (Série turismo).
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETO, A. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph, 2008.
- MATHOURAPARSAD, S.; MAURIN, A. Measuring the Multiplier Effects of Tourism industry to the Economy. **Advances in Management & Applied Economics**, v. 7, n. 2, p. 123-157, 2017. Disponível em: <http://www.sciencpress.com/Upload/AMAE%2FVol%207_2_7.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MOTTA, Ronaldo Seroa da. **Manual para Valoração Econômica de Recursos Ambientais**. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/PNUD/CNPq, 1997. Disponível em: < <http://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2016.

PANOSSO NETO, A. **Filosofia do turismo: teoria e epistemologia**. São Paulo: Aleph, 2005.

PAIVA, Maria das Graças de Menezes V. **Sociologia do Turismo**. 8.ed. Campinas- SP: Papirus, 2003.

POPPER, K. R. **Conjecturas e Refutações**. Brasília. Editora da UNB, 1980.

Texto submetido em 07.10.2021.

Aceito para publicação em 20.12.2021.